

UM BALANÇO DA SENAES SOBRE A II CONAES

CONTEXTO

A II Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes), realizada em Brasília, nos dias 16 a 18 de junho de 2010, ocorreu em um momento de expansão e fortalecimento da economia solidária (ES) no Brasil e no mundo. Nos últimos anos, ampliou-se a adesão às *formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na autogestão*. As práticas e valores do associativismo e da cooperação vêm sendo resgatadas nas áreas rurais e urbanas enquanto alternativas de trabalho e de renda e como estratégia de organização comunitária de resistência e conquista de direitos. São milhares de iniciativas referentes a organização da produção, serviços, crédito, finanças solidárias, comércio justo e consumo responsável.

Nesse contexto, o desafio da economia solidária é afirmar-se e ser reconhecida como modelo de desenvolvimento sustentável e solidário. Para tanto, vem acumulando experiências significativas de produção e consumo que adotam os princípios e práticas da sustentabilidade e da solidariedade na organização do trabalho e na relação da atividade produtiva com a natureza. As práticas de comércio justo e solidário e de consumo responsável consideram os impactos causados na produção de bens e serviços sobre a natureza, sobre os trabalhadores e sobre as comunidades, contribuindo para mudanças profundas na cultura contemporânea do consumismo. A economia solidária também pode ser uma orientação estratégica para mudança no sistema financeiro, uma vez que o sistema de finanças solidárias é autogestionário e não se orienta pela especulação. Os recursos são investidos para dinamização das economias locais e territoriais, incentivando a produção e o consumo de forma sustentável. Além disso, na ES a gestão dos meios de produção é tarefa coletiva, assim como a partilha dos resultados da atividade econômica, como forma de redução das disparidades de renda e de riqueza.

No Brasil, o processo de conquista de reconhecimento político e de políticas públicas para a economia solidária teve um salto de qualidade em 2003, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A partir de então, a interlocução avançou em várias políticas setoriais (trabalho e renda, cultura, desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento territorial etc.), e expandiram-se políticas públicas de economia solidária nos governos estaduais e municipais.

Outro momento fundamental foi a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária, em 2006, a qual afirmou a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento e definiu diretrizes e prioridades para a formulação e execução de políticas públicas. Quatro anos depois, chegou o momento de fazer um balanço e avançar no

reconhecimento da economia solidária como direito de cidadania e forma de organização econômica baseada no trabalho associado, na cooperação e na autogestão. Para tanto seria preciso avançar também na institucionalização de políticas públicas articuladas a um sistema nacional de economia solidária.

O MUTIRÃO DA II CONAES

As conferências públicas são momentos privilegiados de participação ativa nos debates sobre temas e questões relevantes que dizem respeito à sociedade, oferecendo subsídios aos órgãos governamentais na formulação e avaliação da execução de políticas públicas. Trata-se de mais um dos instrumentos da democracia participativa, o qual possibilita a colaboração de milhares de pessoas, desde as etapas preparatórias até a final. Nesse sentido, conferências desta espécie possibilitam a expressão direta dos diversos interesses, necessidades, demandas e proposições de diferentes setores ou segmentos organizados da sociedade, para além da representação do poder público nas esferas municipal, estadual e federal.

De fato, a II Conaes foi um grande momento de congraçamento e reflexão, no qual os sujeitos políticos da economia solidária foram convocados pelo Conselho Nacional de Economia Solidária para se manifestarem sobre o que cabe ao poder público fazer para que o direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável se torne uma possibilidade real, em particular para os que vivem em condições socioeconômicas desvantajosas. Desde então, começou um mutirão nacional para realizar um balanço do caminho percorrido, identificar os avanços e limites da economia solidária no Brasil e, a partir dos aprendizados, fortalecer e aperfeiçoar as prioridades, estratégias e instrumentos efetivos de políticas públicas.

Desde janeiro de 2010 tiveram início as mobilizações em preparação à II Conaes. A conferência foi convocada para debater o tema “o direito às formas de organização econômicas baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperativa e na autogestão, reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento”.

Antecedendo a etapa nacional, aconteceram as etapas preparatórias territoriais ou regionais e estaduais, além de conferências temáticas. Ao todo, foram realizadas 187 conferências regionais ou territoriais, abrangendo 2.894 municípios brasileiros, com 15.800 participantes dos segmentos representativos locais da economia solidária. Nesta etapa foram discutidos livremente os eixos temáticos da II Conaes, o que gerou um conjunto significativo de contribuições para a etapa estadual. Além disso, estas conferências territoriais ou regionais elegeram democraticamente 4.440 representantes para as conferências estaduais, sendo 1.022 do poder público, 1.094 das organizações sociais e 2.324 de empreendimentos econômicos solidários.

Posteriormente, foram realizadas 27 conferências estaduais de economia solidária, entre os meses de março e maio de 2010, com a participação de 4.659 pessoas, entre delegados e convidados. Como delegados das conferências estaduais foram eleitas 1.460 pessoas para a etapa nacional, sendo 365 do poder público, 365 de organizações sociais e 730 de empreendimentos econômico solidários, conforme estabelecido previamente no regulamento geral para representação dos estados na II Conaes.

As várias conferências temáticas tornaram-se necessárias em função do amadurecimento da economia solidária no Brasil, que passou a abranger os povos tradicionais, os egressos de manicômios, penitenciárias e instituições socioeducativas, além de dependentes de drogas e outros brasileiros que são estigmatizados, e por isso marginalizados econômica e socialmen-

te. Houve ainda conferências temáticas que abordaram as finanças solidárias, o comércio justo e a formação. As conferências temáticas deram contribuições valiosas à II Conaes, ao aprofundarem a análise de algumas das principais políticas públicas que têm por alvo tornar possível mesmo aos mais desafortunados o direito de produzir e viver em cooperação.

ACÚMULOS DA II CONAES

Na etapa nacional foram credenciados 1.613 participantes, além das equipes de apoio e de organização que se distribuíram em duas categorias: delegados com direito a voz e voto; convidados com direito a voz. Durante a conferência, os participantes avançaram no diálogo sobre os acúmulos e desafios da economia solidária no Brasil e apontaram prioridades e estratégias para o seu reconhecimento e afirmação política.

A II Conaes reconheceu os avanços que ocorreram nas políticas públicas de economia solidária nos últimos anos, frutos de um processo de mobilização social e de várias iniciativas governamentais nas esferas federal, estadual e municipal. Com a criação da Senaes no MTE foi possível a inclusão da economia solidária no Plano Plurianual do governo federal (2004/2007 e 2008/2011), por meio do programa Economia Solidária em Desenvolvimento, com a destinação de recursos públicos do Orçamento Geral da União, além de outros programas do governo federal que apoiam a economia solidária.

Com isso, foram implantadas diversas ações de formação, qualificação social e profissional, incubação, assessoramento técnico a redes de cooperação, e promoção do desenvolvimento local e economia solidária em comunidades rurais e urbanas. No fomento à produção e comercialização solidárias, foram apoiados centenas de projetos, beneficiando milhares de trabalhadores e trabalhadoras na criação e fortalecimento de redes de cooperação de produção, comercialização e consumo. No apoio ao desenvolvimento das finanças solidárias, destacam-se as iniciativas de apoio aos bancos comunitários que foram disseminados e multiplicados em todo o país, e foram executadas ações de apoio às organizações que operam com fundos rotativos solidários para viabilizar ações produtivas associativas e sustentáveis. Ocorreu também a expansão de políticas públicas de economia solidária em governos estaduais e municipais, inclusive com a criação de legislações e a implantação de conselhos de gestão como reconhecimento dos processos organizativos da economia solidária.

Apesar desses avanços, os participantes da II Conaes avaliaram que as políticas públicas existentes ainda são limitadas, fragmentadas e com pouca abrangência, aquém da necessidade real dos que fazem a economia solidária no Brasil. Os programas de economia solidária sofrem com a limitação dos recursos financeiros e da estrutura institucional. A implementação de programas e ações é seriamente restringida pelas normas e a cultura institucional que favorece a fragmentação das políticas, o que dificulta o apoio governamental no fomento aos empreendimentos de economia solidária. Da mesma forma, o acesso dos empreendimentos econômicos solidários ao financiamento e ao crédito ainda é extremamente limitado, e em alguns setores inexistente.

Ao analisarem tal situação, os delegados e delegadas da II Conaes concluíram que, para a construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário, coloca-se a necessidade de reconhecimento da economia solidária como direito de cidadania – entendido como direito às condições socialmente necessárias de produção – e como dever do Estado. Este foi o principal desafio debatido na II Conaes.

Entre as mais de 160 propostas aprovadas, a maioria tem a intenção de fazer do modelo econômico solidário um direito e uma preocupação permanente do Estado. Neste contexto, foi unânime o apoio dado para que a lei que cria o marco legal da economia solidária no

país seja aprovada o mais breve possível pelo Congresso Nacional. Foram destaque ainda ações mais efetivas, como a criação de um ministério específico, de um fundo nacional (enquanto instrumento de financiamento de políticas públicas de economia solidária), e de um sistema nacional responsável pela integração de políticas públicas e pela articulação dos entes governamentais e da sociedade civil nas esferas municipais, estaduais e federal.

DESAFIOS

Considerando as principais deliberações da II Conaes, a Senaes compreende que existem alguns grandes desafios para o futuro próximo. O primeiro é avançar na institucionalização e na ampliação da política pública de economia solidária, tornando-a permanente na estrutura do Estado brasileiro, com base em lei a ser debatida e deliberada no Congresso Nacional, a qual viabilize conquistas expressas a seguir.

1. O reconhecimento dos empreendimentos econômicos solidários, com atualização, aperfeiçoamento e criação de leis e mecanismos que facilitem a formalização e o funcionamento dos empreendimentos, considerando-se também os aspectos tributários e de acesso à seguridade social aos trabalhadores e trabalhadoras destes empreendimentos, como sujeitos de direito.

2. A ampliação do acesso ao conhecimento por meio da educação, da formação, do assessoramento técnico e das tecnologias sociais.

3. A ampliação do acesso ao crédito (investimentos e capital de giro) para os empreendimentos, bem como o fortalecimento das iniciativas de finanças solidárias (bancos comunitários, fundos solidários e cooperativas de crédito).

4. A ampliação do acesso aos mecanismos e instrumentos de comercialização justa e solidária – incluindo a implantação de um futuro *sistema de comércio justo e solidário* –, equipamentos de comercialização (centrais de comercialização, mercados solidários, feiras etc.), e a ampliação do acesso dos empreendimentos econômicos solidários às compras governamentais nas áreas urbanas e rurais, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

5. Para dar suporte a essas iniciativas, deverá ser criado um *fundo nacional de economia solidária*, como instrumento de financiamento das políticas públicas de economia solidária e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários.

O segundo desafio é a criação e implantação do *sistema nacional de economia solidária*, articulando as iniciativas dos entes governamentais e da sociedade civil nas esferas municipal, estadual e federal. Assim, espera-se promover a intersectorialidade e a integração entre as várias políticas que dialogam com a economia solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável por meio do trabalho associado, da produção em cooperação, da justa distribuição da renda e do consumo consciente e responsável. Finalmente, para conduzir este processo, a II Conaes apresentou o desafio de elevação política do órgão federal responsável pela política pública de economia solidária, com a proposta de criação de um ministério da economia solidária.